REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTERIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
GABINETE DO MINISTRO

Diploma Ministerial n.º /2011
de de Março

Tendo em vista garantir a melhoria do processo de coordenação e selecção de projectos de investimento público, ao abrigo do disposto nas alíneas c) e j) do n.2, do artigo 3 do Decreto Presidencial nº3/2010, de 19 de Março, determino:

Artigo 1
Criação

É criado o Comité de Coordenação e Selecção de Projectos Públicos, abreviadamente designado por CCSP, doravante denominado Comité.

Artigo 2

Natureza e Local de Funcionamento

1. O CCSP é órgão de consulta do Ministro da Planificação e Desenvolvimento e tem por objecto assessorar o Governo na priorização e selecção dos projectos de investimento público.

2. O Comité funciona junto do Ministério da Planificação e Desenvolvimento que assegura os serviços técnicos e administrativos necessários ao seu funcionamento.

Artigo 3

Composição

1. O Comité de Coordenação e Selecção de Projectos Públicos é constituído pelos seguintes membros efectivos:
   - **a)** Director Nacional de Investimento e Cooperação, Presidente;
   - **b)** Director Nacional de Planificação
   - **c)** Director Nacional de Estudos e Análise de Políticas;
   - **d)** Dois Directores Nacionais do Ministério das Finanças, a serem designados pelo respectivo Ministro;
   - **e)** Um Director do Instituto Nacional de Estatística, a ser designado pelo respectivo Presidente;

2. São membros observadores do Comité, a serem designados pelos respetivos titulares, nomeadamente:
   a) Um representante do Ministério das Obras Publicas e Habitação;
   b) Um representante do Ministério dos Transportes e Comunicações;
   c) Um representante do Ministério da Energia;
   d) Um representante do Banco de Moçambique

3. O Presidente é substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo membro do Comité que ele designar ou, não havendo designação, pelo membro mais antigo,e em igualdade de circunstancias, pelo de mais idade.

4. Poderão ainda participar nas Sessões do Comité quando convidados, representantes de outras instituições públicas, das autarquias e de quaisquer entidades cujo contributo se afigure relevante para análise de qualquer questão especifica.

Artigo 4

Competências

1. São competências do Comité de Coordenação de Projectos:
   a) Garantir a implementação dos critérios para a selecção e avaliação dos projectos;
   b) Seleccionar e propor a priorização dos projectos de acordo com os objetivos do Governo;
   c) Emitir pareceres sobre os projectos de investimento e as modalidades de financiamento;
   d) Submeter a apreciação do Conselho Económico e Social as propostas de projectos selecionados;
   e) Criar e manter uma base actualizada de projectos elegíveis a financiamento externo.
2. Na sua actuação o Comité deverá harmonizar com o Comité de Gestão da Dívida para avaliar a sustentabilidade dos projetos em razão da modalidade de financiamento.

Artigo 5

Competências do Presidente

Compete, nomeadamente, ao Coordenador do Comité:

a) Convocar e coordenar as reuniões plenárias do Comité;
b) Aprovar a proposta de agenda para as reuniões;
c) Aprovar os instrumentos ou medidas que se mostrem necessários e adequados ao funcionamento do Comité;
d) Assegurar o regular funcionamento do Comité.

Artigo 6

Funcionamento

1. O Comité reúne-se trimestralmente, em sessões ordinárias, e sempre que se julgue necessário serão convocadas sessões extraordinárias, por iniciativa do Presidente, ou qualquer dos membros o solicitar.

2. As sessões do Comité são convocadas e orientadas pelo Director Nacional de Investimento e Cooperação do Ministério da Planificação e Desenvolvimento.

3. As reuniões do Comité são convocadas por escrito com uma antecedência mínima de quinze dias úteis, sendo ordinárias, ou de dois dias úteis, sendo extraordinárias.

4. As reuniões têm lugar na sede do comité ou noutro local que for indicado na convocatória.

5. As matérias a serem submetidas à apreciação das reuniões do Comité, são apresentadas pelo Coordenador.

6. As informações ou proposta de projectos devem ser submetidas ao Comité, com uma antecedência mínima de 3 semanas.

7. Podem, excepcionalmente, serem apresentadas pelas entidades que compõem o Comité, as matérias para cuja apreciação tenham sido da sua iniciativa.

8. Serão convocados sectores específicos para os encontros do Comité em função da matéria em análise.

Artigo 7
Deliberações

1. O Comité delibera validamente estando presente mais de metade dos seus membros.

2. As recomendações /deliberações do Comité revestem a forma de pareceres.

Artigo 8
Secretariado Técnico

1. Nas suas actividades o Comité será apoiado por um Secretariado Técnico, assegurado pelo Departamento de Análise de Investimentos, que garante os aspectos logísticos do seu funcionamento.

2. O Secretariado técnico e composto pelos seguintes membros:

   a) Chefe de Departamento de Análise de Investimentos;
   b) Técnico da Direcção Nacional de Planificação;
   c) Técnico da Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas;
   d) 2 Técnicos do Ministério das Finanças, a serem designados pelo respetivo Ministro;
   e) 1 Técnico do Instituto Nacional de Estatística a ser indicado pelo respetivo presidente.

3. Podem ser convidados técnicos de outros sectores, para participar nas reuniões do Secretariado, em função da matéria em análise.

Artigo 9
Competências do Secretariado Técnico

1. Ao Secretariado técnico compete, em geral prestar apoio técnico na análise e preparação de informação sobre a priorização e selecção de projectos.

2. Compete, em especial, ao Secretariado do Comité:
   a) Analisar as propostas que são submetidas ao Comité;
   b) Efectuar estudos ou investigações por solicitação do Comité;
   c) Coordenar o cumprimento dos pareceres dados pelo Comité;
   d) Receber propostas de matérias para apreciação nas reuniões do Comité,
   e) Elaborar proposta de agenda das reuniões do Comité;
   f) Expedir as convocatórias para as reuniões do Comité, acompanhadas pelos respectivos documentos;

g) Proceder ao registo e controlo das presenças dos membros e conferir o quórum nas reuniões plenárias;
h) Elaborar, a síntese respectiva para posterior divulgação às entidades que compõem o Comité.

Artigo 10

Disposições Finais

Em caso de dúvidas na aplicação e interpretação do presente Diploma serão resolvidas mediante despacho do Ministro da Planificação e Desenvolvimento

Maputo, 28 de Março de 2011

Aiuba Cuereneia

Ministro da Planificação e Desenvolvimento